

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (927658)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES - CISALV

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de ferramentas e equipamentos destinados à oficina mecânica do Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - CISALV, com a finalidade de promover o adequado aparelhamento da nova unidade de manutenção, em razão da ampliação da estrutura física e do aumento da frota de veículos.

VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS

R\$ 70.397,22 (setenta mil trezentos e noventa e sete reais, vinte e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 08-2026

Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

02334933000140-E17662C2



Sumário

| | |
|---|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 7 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .. | 8 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 12 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 14 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 15 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 16 |
| 11. DOS RECURSOS | 15 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 18 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 22 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 23 |





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES – CISALV**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
Registro de Preços nº **08/2026**
Processo Administrativo nº **08/2026**

Torna-se público que o Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes – CISALV portador do CNPJ nº 02.334.933/0001-40, sediado na Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, nº1 135, Bairro Centro, em Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, registrado como Unida1de de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal – UASG sob o nº 927658, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) (as regulamentações da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do CISALV, poderão ser acessadas em <https://www.cisalv.mg.gov.br/regulamentos14133>), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de ferramentas e equipamentos destinados à oficina mecânica do Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - CISALV, com a finalidade de promover o adequado aparelhamento da nova unidade de manutenção, em razão da ampliação da estrutura física e do aumento da frota de veículos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,





devido proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Os itens de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, **se houver**, nos termos art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, são os especificados no termo de referência, anexo a esse edital.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Os itens de cota reservada as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, são os especificados no termo de referência, anexo a esse edital.

3.7. Será concedido tratamento favorecido, **caso previsto no Termo de Referência**, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. **pessoas jurídicas reunidas em consórcio; considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, e considerando que existem no**





mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).TC-021.605/2012-2. Natureza: Representação. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop. Interessado: Tribunal de Contas da União. SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. GRUPO DE TRABALHO CRIADO PARA AVALIAR A LEGALIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP EM CERTAMES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. DESVIRTUAMENTO DA FORMA DE RELACIONAMENTO COM PODER PÚBLICO PREVISTA NA LEI N. 9.790/1999. QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. CIÊNCIA AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO. 1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2.A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria.

3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.





4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. Em hipótese de haver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.





4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. Caso o licitante deixe de anexar o arquivo contendo a Proposta ou parte dela nos termos do item 3.2 serão analisadas as informações registradas do Sistema Eletrônico do Portal de Compras Governamentais referente ao item da Proposta, caso o registro traga todas as informações solicitadas no Edital referente a Proposta prévia, o registro poderá ser admitido como Proposta, assegurado ao Pregoeiro o direito de rejeita-la caso não possua todas as informações solicitados neste Edital.

4.17. Não será reconhecida a desistência de valor ofertado em lance ou Proposta, sem que haja demonstração fundamentada do motivo ou fato superveniente, não cabendo a simples solicitação infundada.

4.18. Não serão aceitos documentos de habilitação e propostas informados na forma de links de acesso em nuvem, considerando a necessidade de integridade das informações, haja vista que links de acesso podem eventualmente ser desativados ou adulterados.

4.19. Somente serão reconhecidos documentos de habilitação e proposta que estejam em formato: DOC, DOCX, Documento Word, PDF, ZIP, JPG, JPEG, PNG, BMP, TIF e TIFF.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até quatro casas após a vírgula);



5.1.2. Marca;

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade máxima estabelecida no edital;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, especialmente os custos de frete para a realização da entrega na sede do CISALV, que correrão por conta do licitante vencedor na hipótese de fornecimento na forma estabelecida no Termo de Referência.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, estaduais e municipais quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

5.8. O descumprimento total ou parcial das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.





6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada,





se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.





6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas úteis de funcionamento do CISALV**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, visando à ampliação da competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa, o prazo poderá ainda ser prorrogado de ofício pelo pregoeiro.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5, 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a **apresentação de documentos complementares para aceitação da proposta**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.





7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia, ambos em meio digital e devidamente incluídos no Portal de Compras do Governo Federal.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)). Nesse caso o pregoeiro ou equipe de apoio poderá diligenciar na busca da confirmação dos dados.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).





8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º\)](#):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação concluídos os procedimentos, após de que trata o subitem anterior.

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.





9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos do Consórcio.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. Nos termos do art. 82, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021, são condições para alteração de preços registrados, as situações estabelecidas nos artigos 25 a 27 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e/ou em norma específica para SRP expedida pelo Consórcio

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, caso o sistema de Compras Governamentais do Governo Federal disponibilize funcionalidade para operacionalização, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou





10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.5. Se disponibilizada ferramenta no Portal de Compras Governamentais do Governo Federal para a Formação de Cadastro de Reserva, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

10.5.1. Na eventualidade de não ser disponibilizada ferramenta no Portal de Compras Governamentais para a Formação de Cadastro de Reserva o Agente de Contratação valer-se-á do *chat* do sistema para indagar o interesse dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário fixando prazo mínimo de 02 (duas) horas para resposta. Na impossibilidade de resposta via *chat* os licitantes interessados poderão encaminhar sua manifestação ao e-mail pregao@cisalv.mg.gov.br respeitado o prazo estabelecido.

10.5.1.1. Os demais licitantes que não se manifestarem serão automaticamente registrados no cadastro de reserva com os preços de suas propostas originais atualizadas por seus lances, exceto para aqueles que se manifestarem expressamente ao contrário devendo fazê-lo na oportunidade e prazo estabelecidos na cláusula 10.5.1. deste Edital.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar





recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de link especialmente criado e divulgado para esta finalidade, quando for o caso.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).





12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de **5% a 10%** incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **5%** do valor do contrato lícitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **10 %** a do valor do contrato lícitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e **contratar no âmbito da Administração Pública do Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.**

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).





12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Comete infração administrativa referente à execução contratual, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.16. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa**:
 1. Moratória de 0,8% (oito décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;





- i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.15, de 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.15, de 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.15, a multa será de 30% do valor total da parcela inadimplida do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.15, a multa será de 30% do valor total da parcela em que houver o retardamento da execução ou da entrega.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.15, a multa será de 25% do valor da parcela inexecutada do Contrato.
- 12.17. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.17.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.17.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.17.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.17.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.18. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.19. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.20. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.21. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o





Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.22. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), sem prejuízo dos demais registros inclusive no SICAF.

12.23. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.24. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.25. As disposições estabelecidas nas cláusulas 12.15 à 12.24 deste Edital, se aplicam ainda aos instrumentos hábeis que substituam o contrato na forma do [art. 95 da Lei nº 14.133/21](#).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, ou seja, **até as 23:59 horas do dia 15/05/2026**.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Portal de Compras Governamentais no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: pregao@cisalv.mg.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada das 08 às 17H em dias úteis de funcionamento do CISALV, no endereço: Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, nº 135, Bairro Centro, Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, na Seção de Licitações.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro exclusivamente para o e-mail: pregao@cisalv.mg.gov.br, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, no endereço indicado no Edital, ou seja, até as 23:59 horas do dia 15/05/2026.

13.7. Caso o pedido de esclarecimentos ou a impugnação sejam recebidos fora do período estipulado nos itens 13.3 e 13.6, os mesmos serão registrados como mera informação, não tendo o Pregoeiro nenhuma obrigação de respondê-los, podendo caso a dúvida ou alegação seja relevante, analisar o mérito e emitir comunicado sobre a matéria em campo específico de comunicações aos licitantes no Portal de Compras Governamentais, bem como encaminhar a manifestação para avaliação da Autoridade competente.





14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico: <https://www.cisalv.mg.gov.br>, e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barbacena – MG e-DOB, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, nº 135, Bairro Centro, Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, na Seção de Licitações, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. É dever do Licitante acompanhar a sessão pública durante toda a sua execução, portanto nas hipóteses em que o Pregoeiro iniciar conversa com licitante para tratar de assuntos referentes à tramitação da Sessão Pública no Chat Oficial do Portal de Compras Governamentais, será concedido ao licitante o prazo de até 05 (cinco) minutos para resposta, a ausência de manifestação de resposta do licitante no respectivo Chat importará na decadência de seu direito e na presunção de desinteresse, estando sujeito a desclassificação parcial ou integral de sua Proposta e Habilitação.

14.12. Em caso de divergência entre o descrito no Termo de Referência e o descrito no Sistema de compras governamentais, prevalecem as descrições e unidades de medida contidas no Termo de Referência, sendo este parte integrante do Edital.

14.13. A publicação dos demais atos deste Pregão se darão no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras e no PNCP, cabendo ao licitante acompanhá-los, não sendo cabida a alegação de desconhecimento de atos lá publicados.

14.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:





- 14.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.14.1.1. Primeiro Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.14.1.2. Segundo Apêndice do Anexo I – Minuta de Proposta Comercial;
- 14.14.2. ANEXO II – Minuta de Contrato;
- 14.14.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Ressaquinha, 04 de maio de 2026.

CARLOS HENRIQUE MACHADO
Secretário Executivo do **CISALV**
(Assinado Digitalmente)





ANEXO I - Termo de Referência



CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES-MG

Termo de Referência 25/2026

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|---|-------------------------|---------------------------|
| 25/2026 | 927658-CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE.ALTO DAS VERTENTES-MG | DAVI CERQUEIRA FERREIRA | 23/04/2026 08:53 (v. 0.7) |
| Status | CONCLUIDO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 08/2026 |

1. Definição do objeto

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de ferramentas e equipamentos destinados à oficina mecânica do Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - CISALV, com a finalidade de promover o adequado aparelhamento da nova unidade de manutenção, em razão da ampliação da estrutura física e do aumento da frota de veículos

| ITEM | DESCRIÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|--|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | Cavalete, Cavalete de apoio mecânico automotivo para sustentação de veículos, com capacidade mínima de 5 toneladas, estrutura fabricada em aço de alta resistência, regulagem de altura por sistema de pino de trava de segurança, base larga reforçada para estabilidade, acabamento com pintura anticorrosiva. | 429083 | Unidade | 4 | 1.000,00 | 4000,00 |
| 2 | Ferramenta Elétrica / Pneumática, Descrição complementar: Chave de Impacto 1/2 Pol 20V com 2 Baterias, Carregador Bivolt, com encaixe padrão, empunhadura ergonômica, rotação reversível e torque compatível com uso profissional. | 453743 | Unidade | 1 | 1.997,70 | 1997,70 |
| 3 | Lixadeira, Descrição complementar: Lixadeira Roto Orbital 5 Polegadas 320W 220V. Deve possuir sistema roto-orbital para melhor acabamento, empunhadura ergonômica e acionamento seguro. | 601995 | Unidade | 1 | 425,00 | 425,00 |
| 4 | Maquina Pneumatica De Rebitar, Descrição complementar: Arrebiteadeira Pneumática para Lônas de Freio, base reversível pra arrebites 10x14 e 13x16, compatível com sistema de | 486360 | Unidade | 1 | 2.749,56 | 2749,56 |



| | | | | | | |
|----|--|--------|---------|---|----------|---------|
| | acionamento por ar comprimido, estrutura resistente, acionamento seguro e desempenho compatível com uso profissional. | | | | | |
| 5 | Extrator. Descrição complementar: Jogo de Extratores para Pinos e Parafusos em Aço Carbono, contendo 5 Unidades nas medidas No. 1 (3-6 mm), No. 2 (6-8 mm), No. 3 (8-11 mm), No. 4 (11-14 mm), No. 5 (14-18 mm). Com desempenho compatível com uso profissional. | 622768 | Unidade | 1 | 49,00 | 49,00 |
| 6 | Chave de fenda. Descrição complementar: Chave de fenda simples 1/8" x 3" (3,5 x 75 mm). | 468508 | Unidade | 2 | 11,00 | 22,00 |
| 7 | Chave de fenda. Descrição complementar: Chave de fenda simples 3/16" x 4" (5 x 100 mm). | 483651 | Unidade | 2 | 7,26 | 14,52 |
| 8 | Chave de fenda. Descrição complementar: Chave de fenda simples 1/4" x 5" (6 x 125 mm). | 483652 | Unidade | 2 | 13,80 | 27,60 |
| 9 | Chave Fenda. Descrição complementar: Chave de fenda simples 5/16" x 8" (8 x 200mm). | 483506 | Unidade | 2 | 11,18 | 22,36 |
| 10 | Chave fenda. Descrição complementar: Chave de fenda cruzada (phillips) 3/16" x 3" (PH1 x 75 mm). | 354496 | Unidade | 2 | 17,00 | 34,00 |
| 11 | Chave fenda. Descrição complementar: Chave de fenda cruzada (phillips) 1/4" x 5" (PH2 x 125 mm). | 337131 | Unidade | 2 | 12,06 | 24,12 |
| 12 | Chave fenda. Descrição complementar: Chave de fenda cruzada (phillips) 5/16" x 8" (PH8 x 200 mm). | 246214 | Unidade | 2 | 14,23 | 28,46 |
| 13 | Martelete. Descrição complementar: Kit Martelete Rebarbador Pneumático, 3000 impactos por minuto, Consumo mínimo de ar 156 l/min. Deve apresentar estrutura resistente, acionamento seguro e desempenho compatível com uso profissional. | 617958 | Unidade | 1 | 610,00 | 610,00 |
| 14 | Acessórios / Equipamentos Oficina Manutenção. Descrição complementar: Carro Esteira para Mecânico 900mm e altura de 100mm com Encosto, capacidade mínima de 110 kg, com estrutura resistente e superfície anatômica. | 486380 | Unidade | 1 | 255,87 | 255,87 |
| 15 | Chave Catraca. Descrição complementar: Kit de Catraca Pneumática Reversível 1/2 Pol, com no mínimo 16 Peças | 606059 | Unidade | 2 | 345,80 | 691,60 |
| 16 | Peça ajuste Guia. Descrição complementar: Peça ajuste/ Dispositivo de Ajuste da Profundidade Básica do Pinhão. | 405074 | Unidade | 1 | 4.150,00 | 4150,00 |
| 17 | Extrator. Descrição complementar: Extrator do Terminal de Direção Universal. | 633179 | Unidade | 2 | 520,00 | 1040,00 |
| 18 | Medidor Pressão. Descrição complementar: Equipamento para Medir Pressão da Linha de Combustível do Sistema Common Rail (Diesel). 12 Tubos adaptadores com rosca fêmea - 5 Adaptadores macho M12 x 1,5MM e 1 M14x1,5MM. Estrutura resistente e funcionamento adequado aos sistemas diesel. Com garantia mínima de 12 (doze) meses | 600625 | Unidade | 1 | 4.000,00 | 4000,00 |
| 19 | Ferramenta. Descrição complementar: Conjunto para Teste do Sistema de Arrefecimento de veículos pesados. Contendo: bomba de teste de pressão com manômetro com escala mínima de 0 a 30 PSI e com mangueira com engates click 5 /16", um adaptador universal e com no mínimo | 633184 | Unidade | 1 | 3.450,00 | 3450,00 |



| | | | | | | |
|----|---|--------|---------|---|----------|----------|
| | oito adaptadores compatíveis com sistemas de arrefecimento de diversas montadoras, incluindo VW e Mercedes Benz (selados). | | | | | |
| 20 | Medidor compressão. Descrição complementar: kit de medidor de compressão de motor a diesel, com manômetro de 0 a 70BAR / 0 a 1000PSI, com no mínimo 8 Adaptadores para Vela de Aquecimento, 1 Adaptador Universal e 4 Adaptadores para Bicos. | 429499 | Unidade | 1 | 687,77 | 687,77 |
| 21 | Conjunto Solda. Descrição complementar: Conjunto de Solda e Corte com Maçarico e Maleta, Cilindro AC (1,25 kg) (Acetileno) e Cilindro de OX (1 m³) (Oxigênio), destinado à realização de serviços de soldagem e corte de metais. Deve apresentar estrutura resistente e desempenho compatível com uso profissional. | 446973 | Unidade | 1 | 3.118,90 | 3.118,90 |
| 22 | Relógio Comparador. Descrição complementar: Relógio Comparador 0,01 0-10mm, com Base Magnética Articulada com 22 Tipos de pontas, instrumento de medição destinado à verificação de folgas, alinhamentos e variações dimensionais. Proporcionando fixação estável e precisão compatível com uso profissional com garantia mínima de 12 (doze) meses | 624308 | Unidade | 1 | 444,03 | 444,03 |
| 23 | Micrômetro Externo. Descrição complementar: Jogo de Micrômetro Externo de 25 a 100mm - 0,01mm com no mínimo 3 Peças (Micrômetro Externo 25-50mm - 0.01mm / Micrômetro Externo 50-75mm - 0.01mm / Micrômetro Externo 75-100mm), conjunto de instrumentos de medição destinado à medição precisa de dimensões externas. | 217478 | Unidade | 1 | 956,61 | 956,61 |
| 24 | Suporte. Descrição complementar: Suporte para Relógio Comparador. Utilização: motores Mercedes. | 635043 | Unidade | 1 | 500,00 | 500,00 |
| 25 | Medidor Pressão. Descrição complementar: Conjunto Testador de Intercooler para Caminhões, com o mínimo de 6 bocais adaptadores. | 429500 | Unidade | 1 | 2.900,00 | 2.900,00 |
| 26 | Guincho. Descrição complementar: Guincho Hidráulico 2 Toneladas com Prolongador de aço reforçado e Roda de Ferro. | 449405 | Unidade | 1 | 4.005,62 | 4.005,62 |
| 27 | Carrinho Industrial. Descrição complementar: Carrinho para ferramentas com 03 Gavetas 02 Pontas, com estrutura resistente. | 225359 | Unidade | 1 | 1.100,00 | 1.100,00 |
| 28 | Bomba. Descrição complementar: Bomba de Alta Pressão, vazão mínima de 26 Litros por Minuto, com tensão Bivolt ou 220V. | 355422 | Unidade | 1 | 5.200,00 | 5.200,00 |
| 29 | Politriz Motorizada. Descrição complementar: Politriz Angular, equipamento elétrico portátil, potência mínima de 1000w, 110V, estrutura resistente, empunhadura ergonômica. | 452569 | Unidade | 1 | 1.199,77 | 1.199,77 |
| 30 | Scanner. Descrição complementar: Leitor de Códigos de Falhas Linha Diesel Leve e Carros, com sistema operacional em português. Deve possuir suporte técnico e atualizações disponíveis em território nacional. | 630259 | Unidade | 2 | 750,00 | 1.500,00 |
| 31 | Furadeira De Bancada Industrial. Descrição complementar: Furadeira de Bancada, equipamento elétrico, 5/8Pol, de no mínimo 550W e com tensão Bivolt ou 220v. Deve possuir estrutura robusta, mesa ajustável, base | 601998 | Unidade | 1 | 1.231,99 | 1.231,99 |



| | | | | | | |
|----|---|--------|---------|----|-----------|-----------|
| | estável, mandril compatível com brocas de uso profissional e sistema de acionamento seguro. | | | | | |
| 32 | Retificadora Industrial. Descrição complementar: Retificadora de no mínimo 450W com Pinça 6mm, 220V, estrutura resistente e desempenho compatível com uso profissional. | 452120 | Unidade | 1 | 492,69 | 492,69 |
| 33 | Contador Manual Tubo. Descrição complementar: Kit Cortador e Flangeador de Tubos com 11 (onze) peças, contendo um flangeador (1/8" a 3/4"), um cortador (1/8" a 1.1/8"), cinco alargadores, duas bases de fixação, uma chave catraca e um escareador, fabricado em material resistente, com desempenho compatível com uso profissional. | 607560 | Unidade | 1 | 380,00 | 380,00 |
| 34 | Saca Pino. Descrição complementar: Saca Pino de Manga de Eixo Hidropneumático, com capacidade de no mínimo 45 T. Com acionamento hidráulico e estrutura resistente. Deve possuir garantia de que atenda às normas de segurança. | 446120 | Unidade | 1 | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 35 | Soquete Com Encaixe Para Ferramenta. Descrição complementar: Jogo de soquete longo de impacto 1/2 Polegadas, contendo no mínimo as medidas 14, 15, 17, 19, 21 e 22mm | 220019 | Jogo | 1 | 298,00 | 298,00 |
| 36 | Filtro Para Ar Comprimido. Descrição complementar: Filtro Regulador de Ar 1/4 Pol. para Pintura com Suporte e Registro de Esfera com Pressão de trabalho: 0 a 10 bar e Temperatura de trabalho: -10°C a +60°C | 284005 | Unidade | 1 | 195,00 | 195,00 |
| 37 | Mangueira. Descrição complementar: Mangueira 1/2 Pol. x de no mínimo 50 Metros PT 1200 PSL, destinada à condução de fluidos e ar comprimido, adequada para uso em oficina e aplicações industriais em geral. Fabricada em material resistente, com desempenho compatível com uso profissional. | 628080 | Unidade | 1 | 1.092,90 | 1092,90 |
| 38 | Engate Rápido. descrição complementar: Engate com Rosca Macho, acessório destinado à conexão rápida e segura de mangueiras e equipamentos em sistemas pneumáticos ou hidráulicos. Com diâmetro de 1/4 polegada, fabricado em material resistente e compatível com uso profissional. | 363155 | Unidade | 5 | 29,95 | 149,75 |
| 39 | Adaptador Engate. Descrição complementar: Adaptador Rosca Macho em Aço 1/4 Pol. NPT | 398822 | Unidade | 20 | 12,37 | 247,40 |
| 40 | Esguicho. Descrição complementar: Esguicho 3,2mm para Lavadora | 623226 | Unidade | 2 | 62,33 | 124,66 |
| 41 | Mangueira. descrição complementar: Mangueira de Alta Pressão 1/2 Pol. com no mínimo 20 Metros LJ 3000 e 3100, destinada à condução de água, fabricado em material resistente, compatível com os modelos indicados. | 461175 | Unidade | 1 | 1.500,00 | 1500,00 |
| 42 | Multímetro. Descrição complementar: Multímetro Digital Profissional com Bateria 9V, com visor digital, no mínimo 40.000 contagens, True RMS, 1000 V. | 629175 | Unidade | 1 | 1.640,43 | 1640,43 |
| 43 | Acessório De Teste Elétrico / Eletrônico. Descrição complementar: Teste Simulador de Sensores Map, possuindo três tipos de tensão: 0 | 446923 | Unidade | 1 | 288,90 | 288,90 |



| | | | | | | |
|----|---|--------|---------|---|----------|---------|
| | a 1 volts, 0 a 5 volts e 0 a 15 volts. | | | | | |
| 44 | Chave Soquete. Descrição complementar: Jogo de Soquetes Estriados de 1/2 Pol. Contendo no mínimo Catraca reversível, Extensão de 5" e 10", junta universal, soquetes estriados MM nas medidas: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30 e 32 mm, soquetes para vela: 5/8" e 13/16", soquetes estriados nas medidas: 1-1/4", 1-3/16", 1-1/8", 1-1/16", 1", 15/16", 7/8", 13/16", 25/32", 3/4", 11/16", 5/8", 19/32", 9/16", 1/2", 7/16", 3/8", 5/16". | 484019 | Unidade | 1 | 1.441,00 | 1441,00 |
| 45 | Chave Fixa. Descrição complementar: Jogo Chave Combinadas 6mm a 32mm, com no mínimo com 25 Peças. | 259733 | Unidade | 1 | 800,00 | 800,00 |
| 46 | Macaco Hidro - Pneumático. Descrição complementar: Macaco Hidráulico Pneumático, tipo Garrafa, de no mínimo 50 Toneladas, com no mínimo 100 PSI. | 400710 | Unidade | 1 | 1.480,00 | 1480,00 |
| 47 | Martelo. Descrição complementar: Martelo de Borracha 225g com Cabo em Fibra de Vidro. | 606034 | Unidade | 1 | 45,00 | 45,00 |
| 48 | Chave Allen. Descrição Complementar: Jogo de Chaves Allen Tipo "L" série longa. Tipo da ponta: Hexagonal com ponta abaulada. Material: Aço cromo vanádio. Acabamento: Oxidado preto. Quantidade de peças: 13 peças. Capacidade: 1,27 mm a 10,0 mm. | 259732 | JOGO | 2 | 70,00 | 140,00 |
| 49 | Chave Torx. Descrição Complementar: Jogo de Chaves Allen Torx Tipo L, com 9 Peças, nas medidas: T10 a T50. Material: Aço cromo-vanádio. | 273234 | Unidade | 2 | 141,91 | 283,82 |
| 50 | Inversor De Fase De Corrente Elétrica: Descrição complementar: Inversor de energia para conversão de corrente contínua (DC) para corrente alternada (AC), com entrada de 12V ou 24V DC e saída de 110V AC, potência mínima de 3000W, frequência 50/60Hz, equipado com sistema de ventilação com cooler, proteção contra sobrecarga, curto-circuito, baixa tensão e superaquecimento, chave liga/desliga, indicador luminoso de funcionamento, com uma ou mais tomadas padrão 110V, adequado para alimentação de equipamentos elétricos e eletrônicos. | 612112 | Unidade | 1 | 625,58 | 625,58 |
| 51 | Detector Ausência Tensão: Descrição complementar: Caneta de teste de polaridade digital automotiva, compatível com sistemas 12 V e 24 V, com indicação de polaridade positiva e negativa, medição de tensão, frequência ou sinais eletrônicos automotivos, ponteira metálica de teste, cabos com garras Jacaré e comprimento mínimo de 3 m, indicada para diagnóstico de sensores, atuadores e circuitos automotivos. | 615306 | Unidade | 1 | 196,00 | 196,00 |
| 52 | Termômetro: Descrição Complementar: Termômetro digital infravermelho portátil, medição sem contato, faixa mínima de -50 °C a 400 °C, resolução mínima 0,1 °C, precisão aproximada ±1,5 °C, relação distância/ponto mínima 12:1, com mira laser, visor LCD iluminado, função HOLD, desligamento automático e alimentação por bateria. Aplicação | 631686 | Unidade | 1 | 120,00 | 120,00 |



| | | | | | | |
|----|--|--------|---------|---|--------|--------|
| | em diagnóstico automotivo, medição de temperatura em motores, sistemas de freio e componentes mecânicos. | | | | | |
| 53 | Cinto Segurança. Descrição complementar: Cinto Paraquedista de no mínimo 5 Pontos para até no mínimo 100kg | 602436 | Unidade | 1 | 419,61 | 419,61 |

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição ou unidade de medida do CATMAT e a do termo de Referência, prevalecerá a descrição complementar e unidade de medida constante no Termo de Referência.

1.2. Os bens objeto dessa contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Os itens **não** se enquadram como bens de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021, sendo estritamente necessários para a manutenção da frota do consórcio.

1.4. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços. A validade da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. A ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à sua formalização, validade e demais condições.

1.6. Poderá ser realizada a contratação com os fornecedores registrados na ata por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, da despesa, autorização ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo o instrumento que for emitido ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços conforme disposto no Art. 34 do Decreto nº 11.462/2023.

1.7. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser firmados e prorrogados com base no artigo 105 observado o disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

1.8. A vigência dos Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços estão discriminadas na minuta de contrato anexa ao Edital.

1.9. Essa licitação será de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123 /2006, de 14 de dezembro de 2006, considerando que todos os itens possuem valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação do registro de preços e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1 Requisitos gerais dos bens

4.1.1. Todos os bens deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de oxidação, avarias, remanufatura ou recondicionamento, e entregues em suas embalagens originais de fábrica.



4.1.2. Os materiais deverão possuir padrão de qualidade profissional, sendo adequados para uso contínuo e intensivo em oficina mecânica, não sendo admitidos produtos de uso doméstico ou amador.

4.1.3. Os **equipamentos elétricos, pneumáticos** e de medição deverão atender às normas técnicas brasileiras vigentes (ABNT/NBR) e possuir certificação do INMETRO ou de outro órgão competente, quando exigida pela legislação aplicável ao tipo de produto.

4.1.4. Os produtos deverão apresentar durabilidade, resistência mecânica e desempenho compatíveis com as atividades de manutenção de veículos leves e pesados.

4.1.5. Os requisitos estabelecidos neste item visam assegurar a aquisição de bens com padrão mínimo de qualidade e desempenho adequado, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2 Requisitos específicos

4.2.1. Para o item 34 (*Saca Pino Hidropneumático*), a empresa vencedora deverá fornecer orientação técnica básica de operação no ato da entrega, contemplando instruções de uso seguro, em razão da elevada capacidade de carga do equipamento (mínimo de 45 toneladas), visando à prevenção de acidentes de trabalho.

4.3 Requisitos de segurança e ergonomia

4.3.1. Os equipamentos deverão estar em conformidade com as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente:

- NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (quando aplicável).

4.3.1.1 A comprovação de atendimento às normas poderá ser exigida por meio de especificações técnicas do fabricante, manuais, certificações ou outros documentos idôneos.

4.3.2. As ferramentas manuais e de impacto deverão ser fabricadas em materiais de alta resistência, tais como aço cromo-vanádio (Cr-V) ou equivalente, com tratamento anticorrosivo.

4.3.3. O item 53 (*Cinto de Segurança tipo paraquedista*) deverá possuir, obrigatoriamente:

- Certificação do INMETRO (quando aplicável);
- Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.4 Subcontratação

4.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza do fornecimento e a necessidade de garantia da qualidade dos bens entregues.

4.5 Garantia da contratação

4.5.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que trata-se de fornecimento de bens comuns, não há complexidade na execução contratual, o risco da contratação, é considerado baixo, a obrigação se exaure com a entrega dos bens.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Todos os bens deverão ser **novos, de primeiro uso**, sem sinais de oxidação, avarias ou reformas, e entregues em suas embalagens originais de fábrica.

Os materiais deverão possuir **qualidade profissional**, adequados para regime de uso intenso em oficina mecânica, não sendo aceitas ferramentas de linha doméstica.

Os equipamentos elétricos, pneumáticos e de medição deverão atender às normas técnicas brasileiras vigentes (ABNT/NBR) e possuir certificação do INMETRO, quando aplicável.

A empresa vencedora do item 34 (Saca pino) deverá fornecer treinamento básico de operação no ato da entrega técnica, para evitar acidentes de trabalho com os 45 toneladas de pressão.

Requisitos de Segurança e Ergonomia

Os equipamentos deverão estar em total conformidade com a **NR-12** (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos) e, no que couber, com a **NR-10** (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade).

Ferramentas manuais de aperto (chaves, catracas) e de impacto devem ser fabricadas em ligas metálicas de alta resistência, como **Aço Cromo-Vanádio (Cr-V)** ou **Aço Impacto**, com acabamento anticorrosivo.

O item 53 (Cinto de Segurança Paraquedista) deve, obrigatoriamente, possuir selo do INMETRO e Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por ser uma compra de materiais de consumo e comuns, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos bens ocorrerá de forma **parcelada**, conforme necessidade do CISALV, mediante emissão de ordem de fornecimento.

5.2 O prazo para entrega dos bens será de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

5.2.1 A ordem de fornecimento será enviada para o endereço de e-mail informado pelo representante da empresa vencedora, conforme indicado em sua proposta. A contratada deverá confirmar o recebimento da ordem no mesmo dia, por meio de uma resposta ao e-mail.



5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, para que eventual pleito de prorrogação seja analisado pela Administração, que poderá deferir ou indeferir a solicitação conforme o interesse público, devidamente motivado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, conforme consta na ordem de fornecimento: **Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, Nº 135, Centro, Ressaquinha-MG, CEP:36.270-000** - Telefone: (32) 3341-1235 - Horário de entrega 07h00min. às 17h00min. (segunda à sexta-feira, exceto feriados).

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo fiscal de contrato responsável para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, podendo ser realizado termo circunstanciado.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.9. Caso os produtos venham a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade ou resistência do produto, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o CISALV.

5.10. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CISALV e cumprindo o prazo previsto neste termo.

5.11. Excepcionalmente, poderá ser autorizada pela Administração a entrega de produto de marca disímil, desde que este seja equivalente ou superior em qualidade e desempenho ao originalmente ofertado, mediante justificativa formal da contratada e análise técnica da Administração, que deverá fundamentar a autorização.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, nesse caso transporte.cisalv@gmail.com.

6.4. O CISALV poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 22, VI);



6.7.1. O fiscal técnico do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 22, V). 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 22, VII). Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 70, de 2023 do CISALV).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 70, de 2023 do CISALV, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do produto e consequente aceitação podendo ser feito termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto deste Termo quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na entrega do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10.1 O prazo para a correção de que trata o item 7.10 por parte do fornecedor será de 3 (três) dias úteis.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

Prazo de pagamento.

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos desta seção.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, após o cumprimento das etapas de liquidação.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo **Simple Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 Será utilizado para a aquisição do objeto deste Termo sistema de registro de preços previsto no art. 78, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, por ser mais vantajoso ao tipo de objeto e ainda considerando todas as condições previstas no ETP.

Exigências de habilitação

8.3. O fornecimento do objeto será parcelado conforme a demanda do consórcio, se obrigando o fornecedor a atender às quantidades demandadas dentro dos limites previstos na Ata de Registro de Preços.

8.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREVME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11.1 Cooperativa: A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, 6º respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, 842º a da Lei n. 5.764, de 1971; A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual — DRSCI, para cada um dos cooperados indicados; A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107; A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e por fim a A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 70.397,22

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é R\$ 70.397,22 (Setenta mil, trezentos e noventa e sete reais, vinte e dois centavos), conforme especificado no Documento de Formalização da Pesquisa de Preços.



10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.01.01.10.122.0001.2010.3.3.90.30.00
01.01.02.10.122.0001.2001.3.3.90.30.00
01.01.03.10.122.0004.2006.3.3.90.30.00
01.01.01.10.122.0027.2047.3.3.90.30.00
01.01.04.10.122.0022.1003.4.4.90.52.00
01.01.08.10.302.0003.1016.4.4.90.52.00
01.01.08.10.304.0024.2050.3.3.90.30.00
01.01.08.10.305.0024.2044.3.3.90.30.00
01.01.08.10.305.0024.2045.4.4.90.52.00
01.01.09.10.305.0024.2053.3.3.90.30.00
01.01.09.10.305.0024.2054.3.3.90.30.00

11. Da Lei de Acesso a Informação

11.1. O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

12. Das Padronização e do Parcelamento

12.1. Para a aquisição será aplicado o princípio do parcelamento conforme justificativa no item 10 do ETP (Estudos técnicos preliminares) que trata da justificativa para o parcelamento ou não da solução.

13. Do Uso do Catálogo Eletrônico

13.1. De acordo com o Decreto nº 40/2022 que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do CISALV e dá outras providências em especial na seção V que trata do catálogo eletrônico de padronização de compras no artigo 8º ficou determinado o uso dos catálogos CATMAT e CATSER no âmbito do CISALV, sendo utilizado em todos os procedimentos realizados pelo consórcio.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RONALDO JUNIOR DE MELO

GERENTE DE TRANSPORTE





PRIMEIRO APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES-MG

Estudo Técnico Preliminar 20/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08/202

2. Descrição da necessidade

2.1 O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto das Vertentes (CISALV) gerencia uma frota essencial para o transporte de pacientes dos municípios consorciados. Com a conclusão da obra da nova oficina do CISALV, surge a necessidade imediata de equipar este espaço com ferramentas (itens de oficina) para torná-la operacional.

2.2 A presente contratação tem por finalidade dotar a nova oficina mecânica do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto das Vertentes (CISALV) com ferramentas, equipamentos e instrumentos técnicos necessários para a sua plena operacionalização. O objetivo é viabilizar a execução direta de manutenções preventivas e corretivas dos veículos garantindo a máxima disponibilidade da frota, a precisão nos reparos e a segurança de todos os usuários.

2.3 Considerando que os veículos são utilizados diariamente para transporte de pacientes, funcionários do CISALV e também para o transporte de insumos de saúde, a manutenção constante e adequada torna-se imprescindível. A ausência de ferramentas e equipamentos específicos compromete a disponibilidade da frota, podendo gerar atrasos nos atendimentos e riscos à segurança dos usuários e operadores.

2.4 A oficina mecânica é responsável pela manutenção preventiva e corretiva de sua frota de veículos, composta por vacimóveis, vans e veículos de transporte de insumos e profissionais de saúde. Atualmente, a oficina apresenta lacunas em equipamentos e ferramentas adequadas, seja pela falta de itens essenciais, desgaste natural de ferramentas existentes ou obsolescência de equipamentos, o que impacta diretamente a eficiência e a segurança das operações.

2.5 A frota do CISALV é diversificada e essencial para a manutenção da vida e da gestão pública. O problema identificado é o risco de atraso nos serviços de manutenção devido à dependência de ferramentas necessárias, afetando veículos com funções distintas como: Micro-ônibus que realizam o deslocamento intermunicipal para consultas e exames; Vans dedicadas à entrega de medicamentos (Farmácias) e à unidade itinerante Vacimóvel; Veículos do VISA-CIS para inspeções, além de carro para transporte de funcionários em palestras e eventos técnicos; Veículos leves para socorro mecânico e suporte administrativo.

2.6 O interesse público justifica-se pela necessidade imperativa de garantir a continuidade e a segurança dos serviços de saúde oferecidos à população dos municípios consorciados. A manutenção adequada da frota própria promove o uso racional dos recursos públicos por meio da economia de escala e da redução de gastos com terceirizados. Ao garantir veículos em perfeitas condições de rodagem para o transporte de pacientes, insumos e atividades de fiscalização, o CISALV cumpre sua função social com eficiência, zelo pelo patrimônio público e agilidade no atendimento às demandas de saúde da região.

2.7 Portanto, o investimento na aquisição dos itens listados representa uma medida estratégica e necessária para assegurar a eficiência, a segurança e a qualidade das atividades da oficina mecânica do Consórcio CISALV, garantindo a continuidade dos serviços de transporte essenciais à saúde da população e a adequada utilização dos recursos públicos.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------|-------------|
|-------------------|-------------|

| | |
|------------|------------------------|
| Transporte | Ronaldo Junior de Melo |
|------------|------------------------|



4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Principais Características Técnicas e Funcionais Esperadas

4.1.1 Os itens a serem adquiridos devem garantir a execução eficiente, segura e confiável das atividades da oficina mecânica do Consórcio CISALV, atendendo aos padrões técnicos profissionais, à durabilidade mínima necessária para uso contínuo, à compatibilidade com os veículos da frota e às normas de segurança aplicáveis. Além disso, devem possibilitar a realização de manutenções preventivas e corretivas com precisão, reduzir riscos de acidentes e contribuir para a sustentabilidade das operações por meio de materiais resistentes e ambientalmente responsáveis.

4.1.2 Os itens devem ser novos, nunca utilizados, em perfeitas condições de funcionamento e de acordo com as especificações técnicas indicadas na lista anexa, garantindo durabilidade, desempenho profissional e segurança na execução dos serviços da oficina mecânica do Consórcio CISALV.

4.1.3 Os itens devem ser originais ou genuínos, fornecidos pelo fabricante ou distribuidores autorizados, assegurando a qualidade, confiabilidade, compatibilidade com os equipamentos da oficina mecânica e atendimento às normas técnicas aplicáveis, garantindo assim segurança, durabilidade e desempenho profissional.

4.1.4 A presente contratação tem natureza de aquisição de bens permanentes e de consumo, consistindo na compra de ferramentas, equipamentos e instrumentos destinados à oficina mecânica do Consórcio CISALV.

4.2. Requisitos Legais e Normativos Específicos

4.2.1 A empresa fornecedora dos itens deverá atender integralmente aos requisitos legais e normativos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/21 e cumprir com todas as regulamentações pertinentes, incluindo as normas do DENATRAN e INMETRO. A empresa também deverá apresentar a documentação necessária para comprovação de regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e econômica, conforme exigido pela referida Lei.

4.2.2 No item nº 53 (Cinto Paraquedista) é obrigatório a apresentação do **CA (Certificado de Aprovação)**.

4.3. Condições Mínimas de Execução ou Fornecimento

4.3.1 O fornecimento dos itens deverá ser realizado de forma fracionada, conforme a demanda do consórcio, com as entregas ocorrendo no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após o envio da ordem de fornecimento para o e-mail que consta na proposta da contratada.

4.3.1.1. O prazo de 10 dias é necessário pela essencialidade da frota de saúde. A indisponibilidade de ferramentas para reparo dos veículos da frota compromete o atendimento direto à população.

4.3.2 A empresa fornecedora deverá garantir que os produtos sejam entregues rigorosamente de acordo com as características e prazos especificados no Edital, atendendo a todos os requisitos estabelecidos.

4.3.3 Os itens deverão ser substituídos sempre que houver recusa devido a erro no produto solicitado.

4.3.4 A empresa deverá garantir a qualidade dos itens fornecidos, conforme as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas.

4.3.5 A empresa deverá apresentar, sempre que solicitado, os documentos que comprovem a procedência dos itens.

4.3.6 A empresa deverá se sujeitar a todas as normas técnicas e os itens fornecidos devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança, além das normas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes, quando for o caso.

4.3.7 A empresa deverá demonstrar estabilidade financeira para cumprir o contrato e garantir o fornecimento sem interrupções.

4.3.8 Cumprir os prazos estipulados nos contratos de fornecimento.

4.3.9 A empresa deverá possuir as autorizações e licenças necessárias para operar legalmente.

4.3.10 Caso haja algum motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, a empresa deverá comunicar à Administração com a devida comprovação.

5. Critérios de Sustentabilidade

5.1. Para o bom atendimento da legislação atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas, a presente contratação será processada por meio eletrônico, sendo assim todos os documentos a serem encaminhados pelo licitante se darão pela forma digital.

5.2. A contratação também requer que a contratada atenda a critérios de sustentabilidade ambiental, os quais devem ser aplicados no momento da execução do objeto, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos.



5.3 Os equipamentos a serem adquiridos devem priorizar o baixo consumo de energia e de ar comprimido, apresentando selos de eficiência energética sempre que disponíveis. A escolha por itens de linha profissional visa estender o ciclo de vida útil do patrimônio, reduzindo a necessidade de substituições precoces e, consequentemente, a geração de resíduos sólidos.

5.4 A contratada deverá priorizar o fornecimento de produtos cujas embalagens sejam recicláveis ou provenientes de processos de reciclagem. No ato da entrega, a empresa deverá evitar o uso excessivo de plásticos não recicláveis e materiais descartáveis para proteção no transporte, buscando alternativas sustentáveis.

5.5 A utilização de itens de maior qualidade garante maior durabilidade, confiabilidade e segurança no uso diário da oficina mecânica do Consórcio CISALV, reduzindo a necessidade de substituições frequentes, minimizando custos de manutenção e assegurando a continuidade eficiente dos serviços prestados.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Após análise do mercado, observou-se que alguns órgãos optam por conduzir licitações com base em descontos em tabelas pré-estabelecidas. No entanto, essa abordagem apresenta desvantagens significativas. Por exemplo, o desconto em tabela nem sempre assegura à administração pública o melhor preço disponível. Isso decorre do fato de que os descontos tabelados podem não refletir os valores reais praticados no mercado, tampouco considerar as condições particulares de cada fornecedor.

6.2 Vale destacar que os itens a serem adquiridos apresentam características técnicas específicas e de alta qualidade, necessárias para garantir desempenho profissional, durabilidade, segurança na operação e compatibilidade com a frota veicular do Consórcio CISALV. Além disso, muitos desses equipamentos exigem fornecedores autorizados ou fabricantes originais, devido à complexidade técnica, o que reforça a importância do levantamento de mercado para identificar alternativas disponíveis e garantir a competitividade da contratação.

6.3 A pesquisa de preços foi realizada através do Banco de Preços contratado pelo Cisalv que identifica compras realizadas pela administração pública em todo o território nacional e para os itens que não foram encontrados no Banco de preços a pesquisa foi realizada diretamente com fornecedores.

6.4 Portanto, o CISALV optará por adotar a metodologia de aquisição por item para conduzir o processo de contratação, por meio de um procedimento licitatório específico para o caso, visando obter o melhor custo-benefício para a organização. Além disso, é importante destacar que, para esta contratação, não será exigida a realização de consulta pública, uma vez que se trata de um objeto comum.

6.5 Para a aquisição dos itens para oficina mecânica, existem várias modalidades de contratação que podem ser adotadas conforme a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), cada uma com suas características e vantagens:

1. Pregão Eletrônico: Modalidade mais comum e eficiente para a aquisição de bens e serviços, especialmente para itens de mercado amplamente disponíveis, como itens para oficina mecânica. O pregão eletrônico facilita a transparência e a competitividade, permitindo uma negociação rápida e vantajosa. No entanto, é necessário garantir que os fornecedores estejam cadastrados e qualificados no sistema.
2. Pregão Eletrônico com Registro de Preços: Adequado para compras contínuas ou futuras de itens para oficina mecânica, o pregão eletrônico com registro de preços permite a contratação de fornecedores por um período determinado, mantendo os preços fixados previamente. Esse modelo oferece flexibilidade e pode ser mais vantajoso em aquisições recorrentes, mas exige planejamento antecipado.
3. Dispensa de Licitação: Em situações excepcionais, como para pequenos valores ou urgências, a dispensa de licitação pode ser uma opção. Porém, sua utilização requer uma justificativa detalhada para garantir que a contratação esteja de acordo com a legislação.
4. Adesão à Ata de Registro de Preços: Caso outras entidades públicas já tenham realizado licitações com registro de preços, é possível aderir às atas existentes, facilitando o processo de aquisição sem a necessidade de realizar nova licitação. Embora esse procedimento possa ser mais ágil, é necessário garantir que as condições da ata atendam às especificidades do consórcio.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Solução mais adequada à demanda

A solução escolhida compreende a aquisição de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. A contratação engloba tanto **bens de consumo** (ferramentas manuais e insumos) quanto **bens permanentes** (equipamentos de força e diagnóstico).

Considerando que os itens são padronizados e amplamente disponíveis, não se faz necessária assistência técnica especializada para instalação, sendo suficiente a garantia do fabricante. Por se tratar de uma entrega fracionada de bens para manutenção, a contratação é classificada como **fornecimento**, sem natureza de serviço contínuo, visando o pronto aparelhamento da nova oficina do CISALV.



7.2. Estratégia de contratação

A modalidade de licitação mais adequada é o **Pregão, na forma Eletrônica**, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, visto que o objeto possui padrões de mercado bem definidos. Adotar-se-á o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, justificando-se pela conveniência de aquisições parceladas, uma vez que a demanda por reposição de ferramentas e ativação da nova oficina pode variar conforme o fluxo de manutenções da frota ao longo de 12 meses.

O critério de julgamento será o **Menor Preço por Item**. Essa escolha justifica-se pela vasta diversidade de itens, permitindo que a administração aproveite as melhores ofertas de fornecedores especializados em cada segmento, garantindo a ampla competitividade e a economia administrativa, evitando o risco de "sobrepçoço" comum em lotes muito extensos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 As quantidades estimadas para esta contratação foram definidas com base em um levantamento rigoroso. Considerando a iminente inauguração da **nova sede da oficina do CISALV**, a equipe administrativa, em conjunto com o corpo técnico de **mecânicos do Consórcio**, realizou um levantamento detalhado das necessidades operacionais.

8.2 A unidade de fornecimento escolhida visa auxiliar no controle logístico, e de acordo com a demanda real do Consórcio,

| ITEM | DESCRIÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|--|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | Cavalete. Cavalete de apoio mecânico automotivo para sustentação de veículos, com capacidade mínima de 6 toneladas, estrutura fabricada em aço de alta resistência, regulagem de altura por sistema de pino de trava de segurança, base larga reforçada para estabilidade, acabamento com pintura anticorrosiva. | 429083 | Unidade | 4 | 1.000,00 | 4000,00 |
| 2 | Ferramenta Elétrica / Pneumática. Descrição complementar: Chave de Impacto 1/2 Pol 20V com 2 Baterias. Carregador Bivolt, com encaixe padrão, empunhadura ergonômica, rotação reversível e torque compatível com uso profissional. | 453743 | Unidade | 1 | 1.997,70 | 1997,70 |
| 3 | Lixadeira. Descrição complementar: Lixadeira Roto Orbital 5 Polegadas 320W 220V. Deve possuir sistema roto-orbital para melhor acabamento, empunhadura ergonômica e acionamento seguro. | 601995 | Unidade | 1 | 425,00 | 425,00 |
| 4 | Maquina Pneumatica De Rebilar. Descrição complementar: Arrebiteadeira Pneumática para Lonas de Freio, base reversível pra arrebites 10x14 e 13x16, compatível com sistema de acionamento por ar comprimido, estrutura resistente, acionamento seguro e desempenho compatível com uso profissional. | 486360 | Unidade | 1 | 2.749,56 | 2749,56 |
| 5 | Extrator. Descrição complementar: Jogo de Extratores para Pinos e Parafusos em Aço Carbono, contendo 5 Unidades nas medidas No. 1 (3-6 mm), No. 2 (6-8 mm), No. 3 (8-11 mm), No. 4 (11-14 mm), No. 5 (14-18 mm). Com desempenho compatível com uso profissional. | 622768 | Unidade | 1 | 49,00 | 49,00 |
| 6 | Chave de fenda. Descrição complementar: Chave de fenda simples 1/8 x 3" (3,5 x 75 mm). | 468508 | Unidade | 2 | 11,00 | 22,00 |
| 7 | Chave de fenda. Descrição complementar: Chave de fenda simples 3/16" x 4" (5 x 100 mm). | 483651 | Unidade | 2 | 7,26 | 14,52 |
| 8 | Chave de fenda. Descrição complementar: Chave de fenda simples 1/4" x 5" (6 x 125 mm). | 483652 | Unidade | 2 | 13,80 | 27,60 |
| 9 | Chave Fenda. Descrição complementar: Chave de fenda simples 5/16" x 8" (8 x 200mm). | 483506 | Unidade | 2 | 11,18 | 22,36 |
| 10 | Chave fenda. Descrição complementar: Chave de fenda cruzada (phillips) 3/16" x 3" (PH1 x 75 mm). | 354496 | Unidade | 2 | 17,00 | 34,00 |



| | | | | | | |
|----|---|--------|---------|---|----------|---------|
| 11 | Chave fenda. Descrição complementar: Chave de fenda cruzada (phillips) 1/4" x 5" (PH2 x 125 mm). | 337131 | Unidade | 2 | 12,06 | 24,12 |
| 12 | Chave fenda. Descrição complementar: Chave de fenda cruzada (phillips) 5/16" x 8" (PH8 x 200 mm). | 246214 | Unidade | 2 | 14,23 | 28,46 |
| 13 | Marteleiro. Descrição complementar: Kit Marteleiro Rebarbador Pneumático, 3000 impactos por minuto. Consumo mínimo de ar 156 l/min. Deve apresentar estrutura resistente, acionamento seguro e desempenho compatível com uso profissional. | 617958 | Unidade | 1 | 610,00 | 610,00 |
| 14 | Acessórios / Equipamentos Oficina Manutenção. Descrição complementar: Carro Esteira para Mecânico 900mm e altura de 100mm com Encosto, capacidade mínima de 110 kg, com estrutura resistente e superfície anatômica. | 486380 | Unidade | 1 | 255,87 | 255,87 |
| 15 | Chave Carraca. Descrição complementar: Kit de Carraca Pneumática Reversível 1/2 Pol, com no mínimo 16 Peças | 606059 | Unidade | 2 | 345,80 | 691,60 |
| 16 | Peça ajuste Guia. Descrição complementar: Peça ajuste/ Dispositivo de Ajuste da Profundidade Básica do Pinhão. | 405074 | Unidade | 1 | 4.150,00 | 4150,00 |
| 17 | Extrator. Descrição complementar: Extrator do Terminal de Direção Universal. | 633179 | Unidade | 2 | 520,00 | 1040,00 |
| 18 | Medidor Pressão. Descrição complementar: Equipamento para Medir Pressão da Linha de Combustível do Sistema Common Rail (Diesel), 12 Tubos adaptadores com rosca fêmea - 5 Adaptadores macho M12 x 1,5MM e 1 M14x1,5MM. Estrutura resistente e funcionamento adequado aos sistemas diesel. Com garantia mínima de 12 (doze) meses | 600625 | Unidade | 1 | 4.000,00 | 4000,00 |
| 19 | Ferramenta. Descrição complementar: Conjunto para Teste do Sistema de Arrefecimento de veículos pesados. Contendo: bomba de teste de pressão com manômetro com escala mínima de 0 a 30 PSI e com mangueira com engates click 5/16", um adaptador universal e com no mínimo oito adaptadores compatíveis com sistemas de arrefecimento de diversas montadoras, incluindo VW e Mercedes Benz (selados). | 633184 | Unidade | 1 | 3.450,00 | 3450,00 |
| 20 | Medidor compressão. Descrição complementar: kit de medidor de compressão de motor a diesel, com manômetro de 0 a 70BAR / 0 a 1000PSI, com no mínimo 8 Adaptadores para Vela de Aquecimento, 1 Adaptador Universal e 4 Adaptadores para Bicos. | 429499 | UNIDADE | 1 | 687,77 | 687,77 |
| 21 | Conjunto Solda. Descrição complementar: Conjunto de Solda e Corte com Maçarico e Maleta, Cilindro AC (1,25 kg) (Acetileno) e Cilindro de OX (1 m³) (Oxigênio), destinado à realização de serviços de soldagem e corte de metais. Deve apresentar estrutura resistente e desempenho compatível com uso profissional. | 446973 | Unidade | 1 | 3.118,90 | 3118,90 |
| 22 | Relógio Comparador. Descrição complementar: Relógio Comparador 0,01 0-10mm, com Base Magnética Articulada com 22 Tipos de pontas, instrumento de medição destinado à verificação de folgas, alinhamentos e variações dimensionais. Proporcionando fixação estável e precisão compatível com uso profissional com garantia mínima de 12 (doze) meses | 624308 | Unidade | 1 | 444,03 | 444,03 |
| 23 | Micrômetro Externo. Descrição complementar: Jogo de Micrômetro Externo de 25 a 100mm - 0,01mm com no mínimo 3 Peças (Micrômetro Externo 25-50mm - 0,01mm / Micrômetro Externo 50-75mm - 0,01mm / Micrômetro Externo 75-100mm), conjunto de instrumentos de medição destinado à medição precisa de dimensões externas. | 217478 | Unidade | 1 | 956,61 | 956,61 |
| 24 | Suporte. Descrição complementar: Suporte para Relógio Comparador. Utilização: motores Mercedes. | 635043 | Unidade | 1 | 500,00 | 500,00 |
| 25 | Medidor Pressão. Descrição complementar: Conjunto Testador de Intercooler para Caminhões, com o mínimo de 6 bocais adaptadores. | 429500 | Unidade | 1 | 2.900,00 | 2900,00 |
| 26 | Guincho. Descrição complementar: Guincho Hidráulico 2 Toneladas com Prolongador de aço reforçado e Roda de Ferro. | 449405 | Unidade | 1 | 4.005,62 | 4005,62 |



| | | | | | | |
|----|---|--------|---------|----|-----------|----------|
| 27 | Carrinho Industrial. Descrição complementar: Carrinho para ferramentas com 03 Gavetas 02 Portas, com estrutura resistente. | 225359 | Unidade | 1 | 1.100,00 | 1100,00 |
| 28 | Bomba. Descrição complementar: Bomba de Alta Pressão, vazão mínima de 26 Litros por Minuto, com tensão Bivolt ou 220V. | 355422 | Unidade | 1 | 5.200,00 | 5200,00 |
| 29 | Politriz Motorizada. Descrição complementar: Politriz Angular, equipamento elétrico portátil, potência mínima de 1000w, 110V, estrutura resistente, empunhadura ergonômica. | 452569 | Unidade | 1 | 1.199,77 | 1199,77 |
| 30 | Scanner. Descrição complementar: Leitor de Códigos de Falhas Linha Diesel Leve e Carros, com sistema operacional em português. | 630259 | Unidade | 2 | 750,00 | 1500,00 |
| 31 | Furadeira De Bancada Industrial. Descrição complementar: Furadeira de Bancada, equipamento elétrico, 5/8 Pol, de no mínimo 550W e com tensão Bivolt ou 220v. Deve possuir estrutura robusta, mesa ajustável, base estável, mandril compatível com brocas de uso profissional e sistema de acionamento seguro. | 601998 | Unidade | 1 | 1.231,99 | 1231,99 |
| 32 | Retificadora Industrial. Descrição complementar: Retificadora de no mínimo 450W com Pinça 6mm, 220V, estrutura resistente e desempenho compatível com uso profissional. | 452120 | Unidade | 1 | 492,69 | 492,69 |
| 33 | Cortador Manual Tubo. Descrição complementar: Kit Cortador e Flangeador de Tubos com 11 (onze) peças, contendo um flangeador (1/8" a 3/4"), um cortador (1/8" a 1.1/8"), cinco alargadores, duas bases de fixação, uma chave calraca e um escareador, fabricado em material resistente, com desempenho compatível com uso profissional. | 607560 | Unidade | 1 | 380,00 | 380,00 |
| 34 | Saca Pino. Descrição complementar: Saca Pino de Manga de Eixo Hidropneumático, com capacidade de no mínimo 45 T. Com acionamento hidráulico e estrutura resistente. | 446120 | Unidade | 1 | 12.000,00 | 12000,00 |
| 35 | Soquete Com Encaixe Para Ferramenta. Descrição complementar: Jogo de soquete longo de impacto 1/2 Polegadas, contendo no mínimo as medidas 14, 15, 17, 19, 21 e 22mm | 220019 | Jogo | 1 | 298,00 | 298,00 |
| 36 | Filtro Para Ar Comprimido. Descrição complementar: Filtro Regulador de Ar 1/4 Pol. para Pinura com Suporte e Registro de Estera com Pressão de trabalho: 0 a 10 bar e Temperatura de trabalho: -10°C a +60°C | 284005 | UNIDADE | 1 | 195,00 | 195,00 |
| 37 | Mangueira. Descrição complementar: Mangueira 1/2 Pol. x de no mínimo 50 Metros PT 1200 PSI, destinada à condução de fluidos e ar comprimido, adequada para uso em oficina e aplicações industriais em geral. Fabricada em material resistente, com desempenho compatível com uso profissional. | 628080 | Unidade | 1 | 1.092,90 | 1092,90 |
| 38 | Engate Rápido. Descrição complementar: Engate com Rosca Macho, acessório destinado à conexão rápida e segura de mangueiras e equipamentos em sistemas pneumáticos ou hidráulicos. Com diâmetro de 1/4 polegada, fabricado em material resistente e compatível com uso profissional. | 363155 | Unidade | 5 | 29,95 | 149,75 |
| 39 | Adaptador Engate. Descrição complementar: Adaptador Rosca Macho em Aço 1/4 Pol. NPT | 398822 | UNIDADE | 20 | 12,37 | 247,40 |
| 40 | Esguicho. Descrição complementar: Esguicho 3,2mm para Lavadora | 623226 | UNIDADE | 2 | 62,33 | 124,66 |
| 41 | Manguera. Descrição complementar: Manguera de Alta Pressão 1/2 Pol. com no mínimo 20 Metros L.J 3000 e 3100, destinada à condução de água, fabricada em material resistente, compatível com os modelos indicados. | 461175 | Unidade | 1 | 1.500,00 | 1500,00 |
| 42 | Multímetro. Descrição complementar: Multímetro Digital Profissional com Bateria 9V, com visor digital, no mínimo 40.000 contagens, True RMS, 1000 V. | 629175 | Unidade | 1 | 1.640,43 | 1640,43 |
| 43 | Acessório De Teste Elétrico / Eletrônico. Descrição complementar: Teste Simulador de Sensores Map, possuindo três tipos de tensão: 0 a 1 volts, 0 a 5 volts e 0 a 15 volts. | 446923 | UNIDADE | 1 | 288,90 | 288,90 |



| | | | | | | |
|----|--|--------|---------|---|----------|----------|
| 44 | Chave Soquete. Descrição complementar: Jogo de Soquetes Estriados de 1/2 Pol. Contendo no mínimo Catraca reversível, Extensão de 5" e 10", junta universal, soquetes estriados MM nas medidas: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30 e 32 mm, soquetes para vela: 5/8" e 13/16", soquetes estriados nas medidas-1-1/4", 1-3/16", 1-1/8", 1-1/16", 1", 15/16", 7/8", 13/16", 25/32", 3/4", 11/16", 5/8", 19/32", 9/16", 1/2", 7/16", 3/8", 5/16". | 484019 | Unidade | 1 | 1.441,00 | 1.441,00 |
| 45 | Chave Fixa. Descrição complementar: Jogo Chave Combinadas 6mm a 32mm, com no mínimo com 25 Peças. | 259733 | Unidade | 1 | 800,00 | 800,00 |
| 46 | Macaco Hidro - Pneumático. Descrição complementar: Macaco Hidráulico Pneumático, tipo Garrafa, de no mínimo 50 Toneladas, com no mínimo 100 PSI. | 400710 | Unidade | 1 | 1.480,00 | 1.480,00 |
| 47 | Martelo. Descrição complementar: Martelo de Bonacha 225g com Cabo em Fibra de Vidro. | 606034 | Unidade | 1 | 45,00 | 45,00 |
| 48 | Chave Allen. Descrição Complementar: Jogo de Chaves Allen Tipo "L" série longa. Tipo da ponta: Hexagonal com ponta abaulada. Material: Aço cromo vanádio. Acabamento: Oxidado preto. Quantidade de peças: 13 peças. Capacidade: 1,27 mm a 10,0 mm. | 259732 | JOGO | 2 | 70,00 | 140,00 |
| 49 | Chave Torx. Descrição Complementar: Jogo de Chaves Allen Torx Tipo L, com 9 Peças, nas medidas: T10 a T50. Material: Aço cromo-vanádio. | 273234 | Unidade | 2 | 141,91 | 283,82 |
| 50 | Inversor De Fase De Corrente Elétrica. Descrição complementar: Inversor de energia para conversão de corrente contínua (DC) para corrente alternada (AC), com entrada de 12V ou 24V DC e saída de 110V AC, potência mínima de 3000W, frequência 50 /60Hz, equipado com sistema de ventilação com cooler, proteção contra sobrecarga, curto-circuito, baixa tensão e superaquecimento, chave liga/desliga, indicador luminoso de funcionamento, com uma ou mais tomadas padrão 110V, adequado para alimentação de equipamentos elétricos e eletrônicos. | 612112 | Unidade | 1 | 625,58 | 625,58 |
| 51 | Detector Ausência Tensão. Descrição complementar: Caneta de teste de polaridade digital automotiva, compatível com sistemas 12 V e 24 V, com indicação de polaridade positiva e negativa, medição de tensão, frequência ou sinais eletrônicos automotivos, ponteira metálica de teste, cabos com garras jacaré e comprimento mínimo de 3 m, indicada para diagnóstico de sensores, atuadores e circuitos automotivos. | 615306 | Unidade | 1 | 196,00 | 196,00 |
| 52 | Termometro. Descrição Complementar: Termômetro digital infravermelho portátil, medição sem contato, faixa mínima de -50 °C a 400 °C, resolução mínima 0,1 °C, precisão aproximada ±1,5 °C, relação distância/ponto mínima 12:1, com mira laser, visor LCD iluminado, função HOLD, desligamento automático e alimentação por bateria. Aplicação em diagnóstico automotivo, medição de temperatura em motores, sistemas de freio e componentes mecânicos. | 631686 | Unidade | 1 | 120,00 | 120,00 |
| 53 | Cinto Segurança. Descrição complementar: Cinto Paraquedista de no mínimo 5 Pontos para até no mínimo 100kg | 602436 | Unidade | 1 | 419,61 | 419,61 |

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 70.397,22

9.1. Com base na pesquisa de mercado realizada no Banco de Preços do Grupo Negócios Públicos, que se encontra no Anexo II deste ETP e também com base no Documento de Formalização da Pesquisa de Preços que se encontra no Anexo deste ETP verificou-se que o valor estimado para a referida aquisição será de R\$ 70.397,22 (Setenta mil, trezentos e noventa e sete reais, vinte e dois centavos).



9.2. Informo que as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte e que integram a estimativa do valor da presente aquisição seguirão em anexo a esse ETP em conjunto com o Documento de formalização da pesquisa de mercado.

9.3. Informo ainda que será necessário a aplicação do sigilo quanto à pesquisa de mercado realizada, solicitando que a mesma não seja divulgada na fase externa da licitação.

9.4. A tabela contendo os preços referenciais apurados na pesquisa, estão estipulados no tópico nº 08 desse estudo.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem atender ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10.2 O § 1º do mesmo artigo estabelece que, ao aplicar este princípio, deve-se considerar a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de gerir vários contratos em comparação com as vantagens de reduzir custos com a divisão do objeto, a ampliação da competição e a prevenção da concentração de mercado.

10.3 O objeto da contratação é divisível, sendo viável e vantajoso realizar a licitação por item, dado que os itens para oficina mecânica podem ser agrupadas de acordo com suas categorias. Essa divisão permite a participação de mais fornecedores especializados, aumentando a competitividade e promovendo economia e eficiência para a administração pública.

10.4 A divisão do objeto é perfeitamente compatível com a realidade do consórcio de saúde, pois as necessidades de manutenção variam conforme o tipo de veículo e os componentes a serem substituídos. Assim, o parcelamento por item assegura que as aquisições sejam feitas pelo menor preço possível, sem restringir a competitividade do certame.

10.5 Portanto, não há razão para se opor à divisão do objeto em múltiplos itens, uma vez que todos os itens possuem condições similares para aquisição. A estratégia de parcelamento é tecnicamente viável e economicamente vantajosa, sem perda de escala, e contribui para a ampliação da competição, otimizando a exploração do mercado.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. Após pesquisa realizada, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes ao objeto da contratação deste Estudo Técnico Preliminar. Não há, portanto, nenhuma contratação anterior ou em andamento que possua afinidade de objeto ou que dependa da execução da presente licitação para sua viabilidade.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação está alinhada com os planos estratégicos do CISALV para cumprir sua missão institucional, com foco particular no transporte de pacientes utilizando a frota de veículos da instituição.

13. Análise de Riscos

13. A seguir, apresenta-se a análise de riscos associada ao processo de contratação, com base nos princípios da gestão de riscos exigidos pela Lei nº 14.133/2021. Os riscos foram classificados quanto à sua probabilidade e impacto, e foram previstas ações preventivas e de contingência, com a devida atribuição de responsabilidades.

| RISCO | PROBABILIDADE | IMPACTO | AÇÃO PREVENTIVA/ RESPONSÁVEL | AÇÃO DE CONTINGÊNCIA/ RESPONSÁVEL | OBSERVAÇÕES |
|-------|---------------|---------|-----------------------------------|--------------------------------------|-------------|
| | | | Consultar contratações similares; | Capacitar demandantes; Corrigir | |



| | | | | | |
|---|-------|-------|---|--|--|
| Fragilidade do Estudo Preliminar | MÉDIO | ALTO | Consultar fornecedores; Revisão crítica do ETP / Equipe de Planejamento | Especificações; Cancelar ou revogar / Equipe de Planejamento e Autoridade competente | |
| Pesquisa de mercado insuficiente | MÉDIO | ALTO | Seguir normativos; Pesquisa ampla e atualizada / Equipe de Planejamento | Revalidar pesquisa; Cancelar ou revogar / Equipe de Planejamento e Autoridade competente | |
| Não aprovação do Termo de Referência | BAIXO | MÉDIO | Reunião com autoridades; Análise e adequações / Equipe de Planejamento | Reuniões de controle / Equipe de Planejamento | |
| Impugnação ao Processo | BAIXO | ALTO | Planejamento robusto; TR e ETP bem fundamentados; Observar recomendações jurídicas / Equipe de Planejamento | Resposta rápida; Capacitação do setor / Autoridade competente | |
| Licitação deserta ou fracassada | MÉDIO | ALTO | Ampla divulgação; Pesquisa atualizada; Validação com o mercado / Agente de Contratação e Equipe de Planejamento | Republicação; Convite direto / Agente de Contratação | |
| Proposta com valor fora do estimado | BAIXO | MÉDIO | Análise criteriosa da planilha; Consulta ampla / Agente de Contratação e Equipe de Planejamento | Desclassificação; Negociação / Agente de Contratação | |
| Falha do Agente na análise de habilitação | BAIXO | ALTO | Capacitação e apoio / Agente de Contratação | Checklist, treinamento e diligências / Agente e Autoridade | |
| Omissão no registro contratual | ALTO | ALTO | Conscientização sobre a importância / Fiscal do Contrato | Capacitação; Rotinas padronizadas / Autoridade e Fiscal | |
| Atraso na Entrega das Peças ou Serviços | ALTO | ALTO | Definir prazos claros no Termo de Referência e monitorar cumprimento com frequência. | Estabelecer penalidades contratuais e fornecedores alternativos para garantir fornecimento contínuo. | |
| Não Atendimento à Qualidade das Peças ou Serviços | BAIXO | ALTO | Definir especificações rigorosas e exigir comprovação de qualidade (certificados, garantias) | Estabelecer cláusulas de substituição de peças defeituosas e fiscalizar a conformidade regularmente. | |
| Descontinuidade no Fornecimento (Concentração de Mercado) | BAIXO | MÉDIO | Realizar ampla pesquisa de mercado para evitar dependência de poucos fornecedores. | Manter fornecedores alternativos cadastrados para suprir eventuais falhas no fornecimento | |

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Espera-se com a nova contratação os seguintes efeitos:

- **Melhoria na segurança:** Itens para oficina mecânica de qualidade garantem que os veículos estejam em condições adequadas de funcionamento, garantindo a segurança dos pacientes durante o transporte.
- **Redução de custos:** Uma empresa fornecedora eficiente pode oferecer itens de melhor qualidade a preços mais competitivos, reduzindo os custos de manutenção da frota.
- **Aumento da confiabilidade:** Itens de alta qualidade significam menos falhas mecânicas e, consequentemente, menos interrupções nos serviços de transporte de pacientes.
- **Aumento da eficiência operacional:** Com itens confiáveis, os veículos estarão menos tempo fora de serviço para manutenção, o que aumenta a disponibilidade da frota para atender às necessidades dos pacientes.
- **Satisfação dos passageiros e municípios:** Veículos seguros e confiáveis proporcionam uma experiência mais confortável e tranquila para os pacientes durante o transporte, aumentando sua satisfação com os serviços prestados pelo consórcio de saúde.
- **Melhoria na reputação:** Um serviço de transporte confiável e seguro contribui para uma melhor reputação do consórcio de saúde na comunidade, aumentando sua credibilidade e confiança.
- **Melhoria na disponibilidade dos veículos de transporte de pacientes,** reduzindo atrasos e cancelamentos de consultas médicas.
- **Redução de custos relacionados a manutenção corretiva emergencial e substituição de peças danificadas.**
- **Garantia da segurança e conforto dos pacientes durante o transporte médico.**
- **Realizar o transporte de pacientes dos municípios consorciados objetivando a aplicação das políticas públicas de saúde realizadas pelo CISALV.**
- **Manter o pleno funcionamento das atividades de transporte de pacientes que ocorrem diariamente dentro da região abrangida pelo CISALV.**
- **A aquisição do objeto deste ETP não é apenas apropriada, mas também indispensável para a continuidade do serviço de transporte de pacientes na frota de micro-ônibus do CISALV.**



15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não há, neste momento, providências complementares a serem tomadas além daquelas já previstas nos itens anteriores. A execução da contratação seguirá os trâmites legais estabelecidos, com a formalização adequada e o acompanhamento contínuo pelos setores competentes. Todo o processo será conduzido em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando o cumprimento dos prazos, das etapas procedimentais e dos princípios que regem a administração pública.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Na realização do fornecimento do presente objeto verifica-se a possibilidade da ocorrência de impactos ambientais para as seguintes situações:

16.1.1 O transporte dos itens podem gerar emissões de gases de efeito estufa, especialmente se os fornecedores estiverem localizados a grandes distâncias ou se utilizarem processos produtivos intensivos em energia.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Os itens listados são essenciais para o serviço de manutenção preventiva e corretiva da frota do Consórcio CISALV, utilizada diariamente na frota do CISALV. Sem esses equipamentos, a oficina não consegue atender de forma segura, eficiente e contínua às demandas operacionais.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RONALDO JUNIOR DE MELO
GERENTE DE TRANSPORTE





**SEGUNDO APÊNDICE DO ANEXO I
MINUTA DE PROPOSTA COMERCIAL**

OBJETO:

Razão social:

CNPJ:

Endereço completo:

e-mail:

Telefone/Fax:

ESTA PROPOSTA TEM VALIDADE DE 60 (SESSENTA) DIAS.

| Item | Descrição/ Especificação | Código Catmat | Unidade | Quant. | Marca | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------|-----------------------------|------------------|---------|--------|-------|----------------------|-------------------|
| | | | | | | | |

LOCAL E DATA: _____

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
DO LICITANTE





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
ALTO DAS VERTENTES, E
.....

O Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - CISALV, portador do CNPJ nº 02.334.933/0001-40, sediado a Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, nº 135, Bairro Centro, Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, neste ato representado por seu Secretário Executivo Sr. Carlos Henrique Machado, nomeado pela Portaria nº 001 de 29 de janeiro de 2014 publicada em 29 de janeiro de 2014, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços n...../..... elaborada com fundamento no Pregão Eletrônico n. 90003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de ferramentas e equipamentos destinados à oficina mecânica do Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - CISALV, com a finalidade de promover o adequado aparelhamento da nova unidade de manutenção, em razão da ampliação da estrutura física e do aumento da frota de veículos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|------------|------------|----------------|-------------|
|------|---------------|--------|------------|------------|----------------|-------------|

Página 1 | 12

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

Sistema de Processo Eletrônico conforme Decreto nº 57/2022. Documento principal: Processo nº 08-2026
Documento assinado digitalmente, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida em cisalv.mg.gov.br/autenticidade informando o seguinte código:

0 2 3 3 4 9 3 3 0 0 1 4 0 - E 1 7 6 6 2 C 2



| | | | | | | |
|---|--|--|--------|--|--|--|
| | | | MEDIDA | | | |
| 1 | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Pregão Eletrônico n. 90003/2026;

1.3.3. Ata de Registro de Preços n/.....;

1.3.4. A Proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Caso eventualmente o CONTRATADO verifique que por motivo de falha da administração não foi corrigido o contrato na forma da subcláusula 7.2, deverá o mesmo requerer da administração o cumprimento da regra esculpida.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Não se aplica o reajuste de que trata a Cláusula Sétima e suas subcláusulas, nas hipóteses em que o reajuste dos preços não estiver vinculado às oscilações de INDICE, sendo comprovadamente fixadas com base em fixação de preços de mercado específico do objeto, assegurados nesses casos, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

7.9.1. Na hipótese da aplicação do disposto da subcláusula 7.9, deverá o reequilíbrio ser solicitado ao CONTRATANTE pelo CONTRATADO mediante requerimento fundamentado;

7.9.2. A concessão de reequilíbrio de que trata a subcláusula 7.9 será formalizada mediante celebração de Termo Aditivo não comportando-se o apostilamento neste caso.

Página 3 | 12



8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Página 5 | 12



9.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, **comprovando o cumprimento sempre que solicitado;**

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



11. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 0,8% (oito décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 30% do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% do valor do Contrato.
 - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 30% do valor total da parcela inadimplida do Contrato.
 - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 30% do valor total da parcela em que houver o retardamento da execução ou da entrega.
 - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 25% do valor da parcela inexecutada do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Página 8 | 12



12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), sem prejuízo dos demais registros inclusive no SICAF.

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CISALV deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Página 10 | 12





Exercício de 2026:

| | |
|--|--|
| 01.01.01.10.122.0001.2010.3.3.90.30.00 | 01.01.08.10.304.0024.2050.3.3.90.30.00 |
| 01.01.02.10.122.0001.2001.3.3.90.30.00 | 01.01.08.10.305.0024.2044.3.3.90.30.00 |
| 01.01.03.10.122.0004.2006.3.3.90.30.00 | 01.01.08.10.305.0024.2045.4.4.90.52.00 |
| 01.01.01.10.122.0027.2047.3.3.90.30.00 | 01.01.09.10.305.0024.2053.3.3.90.30.00 |
| 01.01.04.10.122.0022.1003.4.4.90.52.00 | 01.01.09.10.305.0024.2054.3.3.90.30.00 |
| 01.01.08.10.302.0003.1016.4.4.90.52.00 | |

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento Geral do CISALV e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

Página 11 | 12





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SAÚDE ALTO DAS VERTENTES

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Barbacena/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ressaquinha, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTODAS VERTENTES – CISALV
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º ____/20 ____

O Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - CISALV, portador do CNPJ nº 02.334.933/0001- 40, sediado a Rua Vice Prefeito Antônio Alves de Lima, nº 135, Bairro Centro, Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.270-000, neste ato representado por seu Secretário Executivo Sr. Carlos Henrique Machado, nomeado pela Portaria nº 001 de 29 de janeiro de 2014 publicada em 29 de janeiro de 2014, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 08/2026, processo administrativo n.º 08/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e/ou em norma específica para SRP expedida pelo Consórcio, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de ferramentas e equipamentos destinados à oficina mecânica do Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - CISALV, com a finalidade de promover o adequado aparelhamento da nova unidade de manutenção, em razão da ampliação da estrutura física e do aumento da frota de veículos, especificados no Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90003/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | | |
|------------------|---|------------------------------------|-------------------------------------|---------|----------------------|--------------------------|----------|-------------------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantida de Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes – CISALV.





4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a





disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Se disponibilizada ferramenta no Portal de Compras Governamentais do Governo Federal para a Formação de Cadastro de Reserva, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.





5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada ao detentor da ata para assinatura.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.





7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.





- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 e/ou em disposição substitutiva em norma específica para SRP expedida pelo Consórcio.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;





9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023 e/ou em disposição substitutiva em norma específica para SRP expedida pelo Consórcio.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em meio digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, sendo considerada plenamente assinada na data de sua última assinatura digital.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)





Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | | |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|---------|-------------------|----------------------|----------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade de Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | | |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|---------|-------------------|----------------------|----------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade de Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

